

HABEAS CORPUS Nº 479.400 - MG (2018/0305513-4)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
MAURÍCIO ROCHA FONTOURA - MG000461D
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOAO ANTONIO ALVES DE AMORIM BARROSO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de JOÃO ANTÔNIO ALVES DE AMORIM BARROSO, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, no Agravo em Execução n. 1.0027.16.020033-6/001.

Aduz a impetrante, na inicial do presente **writ**, em síntese, que o e. Juízo da Vara de Execuções Penais deferiu o benefício de saídas temporárias ao paciente.

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, alegando que o sentenciado ainda não havia resgatado 1/6 da pena imposta. O eg. Tribunal de origem deu provimento ao recurso para revogar o benefício, nos termos do v. acórdão assim ementado (fl. 146):

"EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. SAÍDAS TEMPORÁRIAS. REGIME INICIAL SEMIABERTO. REQUISITO OBJETIVO NÃO ATENDIDO. DADO PROVIMENTO AO RECURSO. OFÍCIO. 1. É possível a autorização para saídas temporárias em regime semilaberto, mas desde que haja, pelo menos, o cumprimento de 1/6 da reprimenda Imposta, se primário, ou 1/4 da pena, se reincidente, nos exatos termos do artigo 123, II, da Lei de Execução Penal. 2. Dado provimento ao recurso. Ofício."

Dáí o presente **writ**, no qual a Defesa reitera os argumentos lançados na origem, no sentido de que "A imposição do cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena para quem teve fixado o regime inicial semiaberto

contraria a legislação federal, pois consiste no mesmo requisito para a progressão ao regime aberto." (fl. 04).

Requer, ao final, e a concessão da ordem, liminarmente, *"para que se conceda ao paciente o benefício das saídas temporárias, por entender presentes os requisitos legais." (fl. 06).*

O pedido liminar foi **indeferido** às fls. 159-160.

Informações prestadas às fls. 166-173 e 175-180.

O Ministério Público Federal à fl. 184, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, em razão da perda de objeto.

É o relatório.

Decido.

O presente **writ** está **prejudicado** em razão da perda superveniente de seu objeto.

Conforme noticiado pelo Ministério Público Federal em seu parecer e confirmado nas informações prestadas pelo d. Juízo da Execução, observa-se que sobreveio a notícia da fuga do paciente, ocorrida em 12/01/2018. Em razão de tais fatos, a Magistrada regrediu, cautelarmente o regime prisional do sentenciado, bem como determinou a expedição de mandado de recaptura.

Desta forma, diante da substancial alteração do quadro processual informado na inicial, resta configurada a perda de objeto do presente **mandamus**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, julgo **prejudicado** o presente **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

